

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 053 DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Altera art. 2º da Lei Municipal nº. 1.493, de 21 de junho de 2002, que institui e regulamenta o Adicional de Função aos Servidores Municipais Efetivos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal nº. 1.493, de 21 de junho de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 2º** Terá direito ao adicional de R\$ 300,00 (Trezentos reais), o servidor efetivo, que se for convocado a participar de Comissão de Licitação e/ou Comissão de Apoio nas Licitações e/ou comissão de Sindicância Investigatória e/ou Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e/ou Comissão Permanente de Avaliação de Áreas e/ou Comissão de Controle Urbanístico – CCURB e/ou Comissão de Acompanhamento, Cobrança e Fiscalização do ITR (Imposto de Territorial Rural) e/ou Comissão de Transporte Escolar, além de suas atribuições normais, percebendo por isso, o adicional de função.”

Art. 2º O Prazo de vigência da inclusão da Comissão de Transporte Escolar, no rol do Art. 2º da Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, vigorará até 27 de fevereiro de 2015.

Eldorado do Sul, 14 de março de 2014.

SÉRGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

JORGE LUIZ STROPPER DE ASSIS
Secretário da Administração.

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 053, de 14 de março de 2014, que **“Altera art. 2º da Lei Municipal nº. 1.493, de 21 de junho de 2002, que institui e regulamenta o Adicional de Função aos Servidores Municipais Efetivos, e dá outras providências.”**

O presente projeto de lei visa incluir dentre as comissões de Transporte Escolar. Justifica-se a inclusão dessa comissão no rol elencado na Lei em virtude da responsabilidade e da importância da função que os servidores convocados a participar da comissão passam a ter a partir de então. Ademais, por se tratar de uma função diversa daquela atribuída ao cargo para o qual o servidor prestou concurso, entende-se necessário que lhe seja dada retribuição pecuniária para tanto.

Salienta-se que , nos termos do artigo 17 da lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), trona-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Tal projeto visa também a alteração do valor recebido pelas comissões citadas no Art. 2º da Lei Municipal 1.493/2002, alterando-o de 20% do vencimento do servidor para o valor fixo de R\$ 300,00(trezentos reais), para cada servidor convocado a participar da comissão.

Desta forma, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal